



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Proc. Adm. nº 0002.361715/2021-59 TP nº 008/2023/CPLO/SUPEL/RO

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2023/CPLO/SUPEL/RO

ERALDA ETRA MARIA LESSA - Presidente da CPLO/SUPEL

Superintendência Estadual de Licitações/RO
RECEBIDO
Certidão que anexa o documento no dia 15/12/23 às 10:05 Min
LUCAS SOUSA CASTRO - Mat. 300137820

L. CZELUSNIAK, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 37.279.779/0001-36, sediada nesta comarca de Porto Velho/RO, representada por **LUCAS CZELUSNIAK**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador do RG nº [REDACTED] inscrito no CPF sob o [REDACTED] residente e domiciliado na Rua [REDACTED] na cidade de Porto Velho RO, vem interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, com fulcro no art. 109, inc. I, alínea a da Lei nº 8.666/93, em face da decisão que a declarou inabilitada do certame em epígrafe, consoante segue:

I – DA TEMPESTIVIDADE

Nos termos do inc. I do art. 109 da Lei nº 8.666/93, cabe recurso administrativo contra decisão de habilitação ou inabilitação de licitante no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

Considerando que a ata da primeira sessão pública do processo licitatório supracitado foi lavrada em 11 de dezembro de 2023, o presente recurso é indiscutivelmente tempestivo, posto que protocolado junto ao setor competente no dia 18 de dezembro de 2023.

II – SÍNTESE DOS FATOS

No dia 06 de dezembro de 2023, a Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, realizou a Tomada de Preços nº 008, objetivando contratar empresa





para a execução das seguinte obra: Reforma da Central Regional de Rede de Frio de Ariquemes – RO.

Como a recorrente possui sua atividade empresarial voltada para a execução destes serviços, na data marcada compareceu à sessão pública de abertura da licitação, devidamente munida dos seus documentos de proposta e habilitação, a fim de concorrer com as demais empresas interessadas no certame regularmente, contudo, na fase de habilitação das empresas foi inabilitada pela comissão sob a justificativa foi de que a recorrente não teria apresentado a declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS/RO, que dispõe acerca de pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos, aptas à execução de trabalho, nos termos do Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021, descumprido assim, parcialmente, o item 16.1, alínea "f" do Edital

Inconformada com o excess de formalismo, não restou outra alternativa para a empresa recorrente, a não ser interpor o presente recurso administrativo, tendo em vista que, a despeito de reconhecer a competência e honestidade da comissão permanente de licitação da SUPEL RO, a decisão que a declarou inabilitada no certame em epígrafe foi irregular e atentatória aos ditames das licitações pública, que passaremos a expor.

II. 1) DO EXCESSO DE FORMALISMO – DA EXIGÊNCIA DE DECLARAÇÃO.

A empresa Recorrente fora inabilitada por ter entendido o presidente da CPL que **por não apresentar a declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS/RO.**

Ocorre que tal exigência, por si só, não é motivo para inabilitação de empresa licitante. Isto se dá em razão de que o licitante, cumpriu parcialmente, uma vez que juntou a declaração que contratará pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos nos termos do Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021, que regulamenta a Lei





Estadual nº 2.134, de 23 de julho de 2009.

Diante de todas as condições dispostas acima, conclui-se que os documentos apresentados posteriormente pelo licitante são suficientes para comprovar a sua condição de aptidão ao item 16.1 do edital.

Nesse sentido, é fato que as licitações devem atender ao princípio do formalismo procedimental e da vinculação ao edital. No entanto, o Pregão busca atender as necessidades dos entes licitantes com celeridade e, por isso, inspira-se em princípios como oralidade e o informalismo.

Acerca de tal princípio, José dos Santos Carvalho Filho¹ ensina que o **“referido princípio não significa que o procedimento seja absolutamente informal; não é, e nem poderia sê-lo, por se tratar de atividade administrativa. Mas o legislador procurou introduzir alguns métodos e técnicas compatíveis com os modernos meios de comunicação, sobretudo através da informática”**.

Frisa-se que formalismo procedimental não se confunde com excesso de formalismo, que por sua vez é medida descabida a Tomada de Preço.

José dos Santos Carvalho Filho² ensina que o **“princípio do formalismo procedimental passa a noção de que as regras do procedimento adotadas para a licitação devem seguir os parâmetros estabelecidos na lei, não sendo lícito aos administradores subvertê-los a seu juízo”**.

Contudo, deve-se atentar que para que no cumprimento desse princípio não se peque pelo “formalismo”, consistente no apego exacerbado e à formalidade, a implicar à absoluta frustração da finalidade principal do certame, que é a de selecionar a proposta mais





vantajosa para o ente licitante de forma a prestigiar a isonomia entre os interessados.

De acordo com Hely Lopes Meirelles³, o **procedimento formal, entretanto, não se confunde com “formalismo”, que se caracteriza por exigências inúteis e desnecessárias. Por isso mesmo não se anula o procedimento diante de meras omissões ou irregularidades formais na documentação nas propostas desde que, por sua irrelevância, não causem prejuízo à Administração ou aos licitantes.**

Tal situação corresponde exatamente ao caso em tela, visto que cabe a essa comissão, no momento da realização da Tomada de Preço, agir com razoabilidade e parcimônia na análise de eventuais falhas e omissões, para que o processo não seja interrompido ou frustrado por conta de excesso de formalismo.

Dessa forma, constatando-se a presença de todos os documentos essenciais à habilitação foram devidamente apresentados, deve o Pregoeiro agir com sabedoria e razoabilidade habilitando a empresa Recorrente.

A habilitação da Recorrente, in casu, não fere o princípio da isonomia, haja vista que a empresa Recorrente efetivamente demonstrou possuir todos os requisitos necessários à habilitação, sem incluir qualquer documento posterior à realização da abertura do certame.

Nesse sentido, o TCU⁴ já decidiu:

Concluiu-se que as desclassificações acima relatadas se deram por razões de aspecto meramente formal, sem levar em consideração o princípio da razoabilidade e a competitividade do certame. As falhas cometidas pelas referidas empresas, a princípio, não provocaram qualquer reflexo em suas propostas, e sua aceitação não feriria a isonomia entre os concorrentes e não teria qualquer efeito indesejável na execução do contrato,





somente caracterizando excesso de formalismo em detrimento da competitividade do certame.

Diante disso, observa-se que a atitude da comissão de inabilitar a empresa Recorrente merece reforma, pois em sua declaração, afirma estar de acordo em contratar pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto, em seu quadro de funcionários, faltando apenas a declaração da SEJUS, documento este que não influencia no certame, portanto a alegação não é suficiente para elidir a Recorrente do certame.

Além disso, vale dizer que tal situação em nada reflete na proposta da empresa Recorrente, bem como não traz qualquer efeito indesejável à execução do contrato, ao contrário, prima pela configuração do princípio da eficiência e da economicidade.

Frisa-se que ainda que no edital conste expressamente que é necessário a declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, que dispõe acerca de pessoas aptas à execução de trabalho, tal fato não é razão suficiente para inabilitação da empresa Recorrente. Isso porque a licitação não é um fim em si mesmo, pois embora o procedimento licitatório possua natureza formal, este deve superar e transcender a burocracia exacerbada e inútil, pois o objetivo do procedimento é garantir a eficácia da máquina administrativa, orientando-se pelos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Joel de Menezes Niebuhr ensina que a jurisprudência e a doutrina vêm assinalando que licitantes **não devem ser inabilitados ou desclassificados de licitação pública em virtude do desatendimento de exigência meramente formal, que não se revista de utilidade prática ou que possa ser suprida por elementos ou dados que possam ser aferidos noutros documentos ou noutras informações que constem dos próprios autos do processo de licitação pública.**

Dessa forma, em atenção ao princípio da Isonomia, é evidente que a





inabilitação do Recorrente culmina em tratamento diferenciado entre as licitantes, bem como excesso de formalismo em relação a documentação apresentada pela mesma, razão pela qual a decisão do Pregoeiro merece reforma.

DOS PEDIDOS

ISTO POSTO, diante da plena comprovação de que foram apresentados a documentação exigida, REQUER, o recebimento do presente recurso, em seu efeito suspensivo;

A – A peça recursal da recorrente seja conhecida para, **no mérito, ser DEFERIDA INTEGRALMENTE**, pelas razões e fundamentos expostos;

B – Seja reformada a decisão da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, declarando a empresa ora Recorrente L CZELUSNIAK - ME, HABILITADA ante a apresentação de toda a documentação exigida.

C – Caso a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO opte por não deferir o presente recurso, REQUER que, com fulcro no Art. 9º da Lei 10.520/2002 C/C Art. 109, III, § 4º, da Lei 8666/93, e no Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, seja remetido o processo para apreciação por autoridade superior competente.

Nestes termos,
pede e espera deferimento.

Porto Velho/RO, 15 de dezembro de 2023.

[Redacted Signature]

L CZELUSNIAK – ME
CNPJ: 37.279.779/0001-36
LUCAS CZELUSNIAK

[Redacted Stamp]
Representante legal

37.279.779/0001-36
L. CZELUSNIAK

Rua: Maria Naymaier, nº2875
R. Rinaldo Pontes Pinto - CEP: 76.820-480
Porto Velho

RO